

a economia e a alocação de riqueza bruta em ribeirão preto, 1889-1900*

the economy and the allocation of gross wealth in ribeirão preto, 1889-1900

Luciana Suarez Lopes**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste trabalho, estuda-se a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, de 1889 até 1900. A fonte documental utilizada são os inventários *post mortem* da localidade. Nesse período, a antiga vila, que em 1874 contava com apenas 5.552 habitantes, já havia crescido significativamente, assim como a importância do cultivo de café para a economia da localidade. Os diversos bens encontrados no *corpus documental* considerado foram agrupados em cinco categorias – bens imóveis, escravos, animais, bens móveis e dívidas ativas – e os valores, originalmente expressos em mil-réis, foram transformados em libras esterlinas. A introdução do café promoveu uma elevação substancial nos patrimônios inventariados, causada primordialmente pelo aumento no preço das terras e de todos os bens utilizados em sua produção, fazendo com que a localidade tivesse, no final do período considerado, níveis de riqueza e padrões de alocação substancialmente distintos daqueles inicialmente vigentes.

Palavras-chave: Riqueza. Cafeicultura. Ribeirão Preto.

ABSTRACT

This paper analyses the economy and the decisions of wealth allocation in one of the most important cities on the northeast of São Paulo, Ribeirão Preto, between 1889 and 1900. The main primary source used in this article are the detailed list of property of the deceased (*inventários post mortem*). In that period, the ancient village, which in 1874 had a population of only 5.552 people, grown considerably. The various goods and properties found in the primary source were grouped in five categories: real state, slaves, animals, furniture and other assets – and the values, originally expressed in *mil-réis* were converted in pounds. The coffee cultivation promoted a substantial wealth increase and changed the allocation patterns at the end of the period, changes that occurred mostly because of the price elevations of lands and resources used in the coffee production.

Keywords: Wealth. Coffee cultivation. Ribeirão Preto.

* A pesquisa que deu origem ao presente artigo recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço aos pareceristas, cujos comentários e apontamentos certamente contribuíram para a melhoria da versão final deste artigo. Submetido: 16 de dezembro de 2014; aceito: 29 de abril de 2016.

** Professora de História Econômica do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. E-mail: llopes@usp.br

Introdução

O presente estudo insere-se num conjunto maior de trabalhos que, a partir da década de 1970, têm buscado, com base em fontes primárias, desvendar as particularidades e as variadas dinâmicas de nossa sociedade pretérita. Tal movimento revisionista buscou, em sua origem, questionar a interpretação tradicional acerca de nossa formação econômica e social, tradicionalmente caracterizada como fruto de uma estrutura colonial montada, a fim de dar suporte a uma metrópole em expansão comercial, resultando numa economia completamente voltada para fora, com dinâmica interna reduzida e com baixo potencial para acumulação endógena de capital. Tal estrutura colonial teria sido transmitida ao Império sem grandes transformações, haja vista a organização produtiva das atividades voltadas ao mercado externo, assentada ainda nas grandes propriedades monocultoras e no trabalho escravo¹.

Essa estrutura começaria a se modificar a partir da década de 1850. Com a Abolição do tráfico de escravos, um sério problema se coloca: a substituição do trabalho cativo e a introdução do trabalho assalariado no Brasil. Em especial no último quartel do século XIX, crises políticas envolvendo a questão da mão de obra passaram a compor um quadro de crise política maior, que em última instância passava a colocar em xeque inclusive a continuidade da instituição imperial no país. Tais processos correlatos e interdependentes ocorrem justamente no momento de maior expansão da cafeicultura no Brasil oitocentista. Abolido o trabalho escravo no Brasil e proclamada a República, o último decênio do Oitocentos se vê contaminado por ajustes econômicos e importantes mudanças sociais. E é justamente nesse contexto que o presente artigo se encontra inserido. Um momento de consolidação da cafeicultura paulista, nos momentos iniciais da República no Brasil; um estudo que tem como base fontes primárias, com o objetivo principal de avançar na compreensão de uma dinâmica interna que por muito tempo foi deixada em segundo plano pela historiografia tradicional.

¹ Não constitui objetivo do presente trabalho discutir e analisar os pormenores dessa interpretação, sendo destacados, nessa seção introdutória, apenas alguns de seus elementos, elementos esses indispensáveis para a narrativa ora desenvolvida. Para uma caracterização mais ampliada desse paradigma, considerar Prado Júnior (1987), Furtado (2007), Novais (1979), Amaral Lapa (1999), Motta (2008).

A fonte primária utilizada no presente artigo, os inventários *post mortem*, começou a ser utilizada como fonte de dados para o desenvolvimento de estudos históricos ainda na primeira metade do século XX. Ao publicar *Vida e morte do bandeirante* em 1929, Alcântara Machado (2006) tornou-se o pioneiro na utilização dos inventários *post mortem* e dos testamentos – fontes documentais até então não exploradas – na pesquisa histórica. Mas o pioneirismo de Alcântara Machado não se resumiu à sua fonte. Pertencente a uma geração de historiadores acostumados a escrever sobre a cronologia dos fatos, ou sobre a biografia de homens ilustres, o mencionado autor inovou ao analisar os bandeirantes, não se limitando aos expoentes daquela sociedade, mas sim buscando compreender a dinâmica da população paulista dos séculos XVI e XVII.

Por mais diversas que fossem, as atividades bandeirantes não permitiram a acumulação de grandes cabedais. Ao contrário, Alcântara Machado encontrou pessoas simples, que desempenhavam, na maioria dos casos, atividades ligadas ao campo, sendo notada certa atividade comercial. Nos inventários consultados, constavam mais ou menos as mesmas informações dos inventários oitocentistas, com duas importantes diferenças: a avaliação das propriedades rurais e dos cativos. As terras, apesar de serem arroladas, não recebiam avaliação nem eram formalmente divididas entre os herdeiros. Por via de regra, avaliavam-se tão somente as benfeitorias e as plantações. O elemento servil de origem indígena, por sua vez, também não recebia avaliação, ausência que pode ter sido responsável, pelo menos em parte, pela modéstia dos cabedais encontrados. A Coroa proibía que o gentio fosse considerado um bem passível de avaliação e a consequente partilha. Contudo, tal proibição não impedia que esses elementos fossem descritos pelo inventariante, e até mesmo dividido entre os herdeiros.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a então capitania de São Paulo se viu transformada pelo constante trânsito de comerciantes em direção da região mineratória. Por São Paulo passavam os animais vindos do Sul e seus caminhos canalizavam as grandes partes dos gêneros responsáveis pelo abastecimento das Gerais². Contudo, com a abertura do Caminho Novo, no início do Setecentos, a região paulista se viu privada

² Tal dinâmica foi analisada por Zemella, em seu *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* (Zemella, 1951).

de grande parte desse intenso comércio, como mostram os censos elaborados durante o governo de Morgado de Mateus³.

Todavia, no início do século XIX, com o renascimento agrícola do final do período colonial e a introdução de um novo cultivo, o café, São Paulo retomaria sua trajetória ascendente. Sendo justamente essa sociedade modificada pelo café o objeto de estudo de Zélia Maria Cardoso de Mello em sua tese de doutorado *Metamorfozes da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. Tendo como base os inventários *post mortem*, o estudo mostrou uma sociedade em mudança, na qual as formas tradicionais de riqueza começam a ceder espaço para as chamadas formas *modernas* de riqueza. A partir da década de 1870, começa a declinar a participação dos escravos na composição dos patrimônios, elevando-se, em contrapartida, a participação dos das propriedades imobiliárias. “Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza; novas formas, ou valores mobiliários, particularmente as ‘ações’ aumentaram sua participação” (Mello, 1990, p. 87). Ou seja, a renda passa a se concentrar cada vez mais em imóveis e ações; concomitantemente, aumenta a presença nos inventários dos ativos chamados pela autora de *abstratos*, tais como as já mencionadas ações; valores em papel-moeda; moedas de ouro, prata, cobre; contas em banco; dívidas ativas; e letras bancárias (cf. Mello, 1990, p. 89-90).

Com a proliferação dos estudos de caráter monográfico, tais como o de Mello (1990), resultados vinculando a cafeicultura com a elevação dos patrimônios familiares tornaram-se mais comuns. Renato Leite Marcondes, por exemplo, ao analisar Taubaté, constatou ter sido o café responsável pela elevação do patrimônio de um número considerável de indivíduos da localidade. Ao acompanhar essas trajetórias familiares, tendo como ponto de partida a lista nominativa de 1829, Marcondes chegou à conclusão de que os “cafeicultores desempenharam um papel fundamental na evolução patrimonial da localidade e da nossa amostra” (Marcondes, 1998, p. 185). Resultados semelhantes foram também encontrados por Luciana Suarez Lopes, ao analisar Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. No artigo “Café, riqueza e famílias”, a autora constatou ter sido de fato o café “a principal atividade geradora de riqueza em Ribeirão Pre-

³ E foi essa sociedade paulista decadente o objeto de estudo de Alice Piffer Canabrava, no artigo “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67” (Canabrava, 2005, p. 169-202).

to” (Lopes, 2008, p. 155). Ao analisar os inventários de algumas famílias selecionadas com base na disponibilidade de processos, foi possível acompanhar, na ausência de outras fontes, tais como as listas nominativas de habitantes, as trajetórias familiares de enriquecimento ou empobrecimento. E mais, dada a relevância da cafeeira na localidade, mesmo indivíduos ou famílias não envolvidos diretamente com sua produção acabaram por se beneficiar da renda gerada pela sua produção. Dessa forma, a autora conclui:

após cuidadosa análise pode-se afirmar que o café teve importante papel na elevação dos níveis e na modificação das formas de alocação da riqueza em Ribeirão Preto, sendo responsável direto pelo enriquecimento de famílias e indivíduos. Sua influência foi tão grande que não ficou restrita aos seus produtores, atingindo também os demais moradores da localidade, quer pela valorização das terras e dos imóveis urbanos quer pelo clima de euforia gerado por ele. (Lopes, 2008, p. 155)

Não obstante o grande número de estudos monográficos, são poucos os trabalhos que se dedicaram ao estudo das dinâmicas econômicas do nordeste paulista durante a segunda metade do século XIX, comparando as dinâmicas econômicas do período escravista com as do período republicano⁴. Nessa linha, temos dois trabalhos de Lelio Luiz de Oliveira, ambos sobre a cidade de Franca. Em sua dissertação de mestrado, *Economia e história, Franca – século XIX*, o autor caracteriza, com base em 96 inventários *post mortem*, as atividades econômicas e os padrões de alocação e acumulação de riqueza dos francanos comparando dois períodos: 1822-1830 e 1875-1885. Segundo o autor, na comparação entre esses dois momentos, foi possível constatar

decadência do peso relativo do item escravos, que passou de 37,1% para 26,7% da riqueza. [...] O acréscimo na participação dos bens de raiz no volume da riqueza, que no início do século era de 33% passando para 53,4% [...] O peso dos semoventes (gado bovino, principalmente) permaneceu quase inalterado. (Oliveira, 1997, p. 74)

⁴ Os trabalhos de Lopes (2011, 2012) analisam, também com base nos inventários, a mesma localidade de Ribeirão Preto, contudo não fazem esse tipo de comparação longitudinal entre as dinâmicas do período escravista e do republicano; idem para Garavazo (2006), que estuda com base nos inventários a localidade de Batatais.

Sobre as atividades econômicas geradoras dessa riqueza, o autor afirmou terem sido a atividade de produção de gêneros de subsistência e a comercialização dos excedentes dessa produção nos mercados do Centro-Sul brasileiro as responsáveis. Tais atividades proporcionaram, para a região de Franca, “um crescimento econômico gradativo durante todo o século passado, sendo sua economia favorecida pelo caráter mercantil, ambiente que propiciava aos proprietários francanos recursos necessários à acumulação de riqueza” (Oliveira, 1997, p. 135).

Em sua tese de doutorado, Oliveira revisita a história econômica francana, dando, contudo, ênfase num período posterior. Buscando um entendimento maior da economia cafeeira na localidade, Oliveira concentrou-se nos primeiros anos republicanos, entre 1890 e 1920, momento em que se observa a introdução e o desenvolvimento da cafeicultura na região. Em Franca, a cafeicultura dividiu espaço com a primitiva produção de gêneros de subsistência, realizada por seus habitantes desde a primeira metade do século XIX, e a essa estrutura produtiva imprimiu novo ritmo.

Concomitante às resistências, a cafeicultura ditou a nova lógica econômica. Mais dinâmica, ligou o município ao mercado externo e promoveu a retroalimentação dos setores destinados ao abastecimento interno. Com isso, as velhas forças não foram destruídas, pelo contrário, foram beneficiadas. A cafeicultura, sem se tornar monocultura, por conseguinte, reestruturou a pecuária e a agricultura de abastecimento interno, dando maior fôlego, inclusive, às atividades urbanas. (Oliveira, 2003, p. 16-17)

Sendo escassos os estudos com esse perfil comparativo para a região em questão, o artigo ora desenvolvido busca contribuir para um melhor entendimento dos impactos da cafeicultura na acumulação e na alocação da riqueza em uma importante localidade do nordeste paulista, durante os primeiros anos republicanos. São aqui apresentados alguns resultados ainda não publicados de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2001 e 2005, por ocasião da elaboração de minha tese de doutoramento. Em especial, são apresentados resultados da última seção do segundo capítulo, que analisa a alocação da riqueza na localidade de Ribeirão Preto, no período 1889-1900. Como já foi mencionado anteriormente, a principal fonte de dados foram os inventários *post mortem* do período, dados estes trabalhados buscando-se identificar os padrões de alocação

da riqueza bruta dos habitantes da localidade, que no período era uma das maiores produtoras de café do país. A fim de serem alcançados os objetivos propostos, a narrativa segue dividida em duas partes. A primeira, dedicada ao período 1849-1888, busca caracterizar a dinâmica econômica da localidade durante os anos em que vigorou o regime de trabalho escravo no Brasil. Na segunda, considera-se a alocação e a acumulação da riqueza no período 1889-1900, sendo feitas ao longo dessa seção as comparações com o período anterior. E, por fim, tem-se as considerações finais.

1. Observando o passado: a economia e a alocação da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1888

Sob os olhos de São Sebastião. Assim nasceu a localidade-tema do presente estudo, por meio da doação de terras a São Sebastião, santo padroeiro da cidade. E a importância que se dá a esse fato na cidade é grande, tanto que, diferentemente de outras localidades, que consideram como a data de sua fundação aquela correspondente à elevação da localidade à categoria de vila, Ribeirão Preto considera como data de fundação a da demarcação das terras doadas ao patrimônio do santo, feita em 19 de junho de 1856.

O atual município de Ribeirão Preto está localizado no nordeste do estado de São Paulo, distante aproximadamente 330 km da capital do estado, como mostra o Mapa 1. A Vila de São Simão foi ponto de partida para o surgimento desse arraial, em especial uma de suas fazendas, a Rio Pardo, com extensão de aproximadamente 13.262 alqueires, apossada pelo português José Dias Campos ainda na primeira década do Oitocentos⁵.

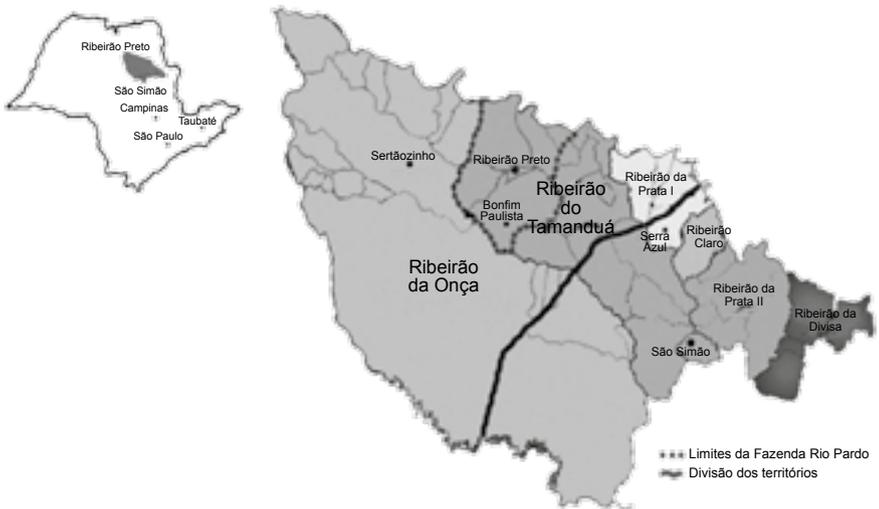
⁵ Campos era português e chegou à região após passar um período em Minas Gerais, onde se casou e teve filhos. Ele e seus filhos apossaram-se das terras em questão no ano de 1811, ratificando a posse delas em 1816 e denominando de Ribeirão Preto o principal curso d'água da fazenda. Sobre a família Dias Campos e a Fazenda Rio Pardo, ver Martins (1998), Bacelar e Brioschi (1999) e Lages (1996), de que foram extraídas as informações apresentadas. Posteriormente, as terras não efetivamente ocupadas pela família Dias Campos na Fazenda Rio Pardo foram ocupadas por outra família que chegava à região: os Reis de Araújo. A partir daí, começa uma disputa judicial pela posse das ditas terras, contenda que chegou ao fim em 1846.

Mapa 1 – Localização de Ribeirão Preto



Fonte: Modificado a partir de Milliet (1938, p. 24).

Mapa 2 – Antigo município de São Simão (século XIX)



Fonte: Modificado a partir de: Bazan, Antigo município de São Simão. Situação geográfica no século XIX. Mapa b&p. Escala 1:200.000. In: Martins (1998). Em destaque pontilhado, está a área da antiga Fazenda Rio Pardo, apossada originalmente pela família Dias Campos na primeira metade do Oitocentos.

Nesse ano, as terras em questão foram avaliadas e os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos o montante combinado. A posse então ficou definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo. E foram os próprios Reis de Araújo que tentaram, pela primeira vez, doar terras ao patrimônio de São Sebastião em 1845.

A localidade foi elevada à categoria de freguesia em 1870 e, em 1871, pela Lei n. 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de “Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto” (Miranda, 1971, p. 14), sendo oficialmente desmembrada de São Simão. Com esse desmembramento, a então Vila de São Simão perde mais da metade de seu território, como pode ser observado no Mapa 2. O território da antiga Fazenda Rio Pardo também pode ser observado, destacado pelo pontilhado. A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades administrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava então com quatro ruas, seis travessas e dois largos (Miranda, 1971, p. 14).

O primeiro levantamento mais completo sobre a população ribeirão-pretana e suas atividades econômicas ocorreu em 1874, como parte do Recenseamento Geral do Império de 1872⁶. Naquele ano, existiam 5.552 habitantes, dos quais 857 eram escravos. Essa população era composta basicamente por brasileiros brancos, solteiros, católicos e analfabetos.

O rápido desenvolvimento da cultura cafeeira, principalmente durante a década de 1890, foi o grande motivador do crescimento populacional observado no final do século XIX. Entre 1890 e 1900, a população brasileira cresceu cerca de 21,7%, passando de 14.333.915 habitantes em 1890 para 17.438.434 em 1900⁷. No mesmo período, a população ribeirão-pretana passou de 12.033 habitantes, em 1890, para 100.185, em 1900, num crescimento anual calculado em 30,33%⁸.

Até a chegada do café à região ribeirão-pretana, a principal atividade desenvolvida por seus habitantes era o cultivo de gêneros de subsistência e a criação de gado bovino e suíno. Informações sobre ela, publicadas em 1873 no *Almanak da Província de São Paulo*, mostram que, apesar de o café já estar presente na região, ele ainda era uma atividade subsidiária. Segundo o *Almanak*, dos 59 fazendeiros existentes, 16 dedicavam-se à criação de gado vacum, outros 27 à criação de gado vacum e suíno, 15 ao cultivo do café e apenas 1 ao da cana-de-açúcar. Os criadores de gado – vacum e suíno – somados correspondem a 72,9% do total de fazendeiros, ao passo que os produtores de café correspondiam a apenas 25,4%.

⁶ Na Província de São Paulo, esse levantamento ocorreu em 1874.

⁷ Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/populacao.html>>. Acesso em 17/3/2016.

⁸ Caso mantida a integridade territorial desfeita pelo desmembramento dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, respectivamente em 1896 e 1897.

Durante a década de 1870, a expansão da cultura cafeeira paulista se deu principalmente em direção do novo oeste e a importância da região de Ribeirão Preto começou a aumentar. Tem início, então, uma grande onda propagandista, em que as qualidades da terra e do clima da região são exaltadas no jornal *A Província de São Paulo*. Atraídos por essa propaganda, chega à localidade toda classe de indivíduos em busca do estabelecimento como cafeicultores. Esse movimento ganha força ainda maior com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana em 1883.

Apesar do crescente interesse despertado pela região, os cafeicultores decididos a se estabelecer enfrentavam algumas dificuldades. As mais sérias eram o preconceito dos moradores locais, a distância dos portos e a existência dos grandes latifúndios. Os fazendeiros que vinham de outras regiões para dedicar-se ao cultivo da rubiácea eram tidos como aventureiros, “bárbaros, que levam aquelas paragens à pobreza, e a ruína aos seus antigos habitantes”. A distância até o Porto de Santos praticamente impedia a produção, “cujo transporte absorveria quase que o seu valor”. As melhores terras do município estavam em mãos de poucos, “impedindo que pessoas de fora aí fossem estabelecer-se, e que poderiam introduzir a nova cultura de todo o posta aos costumes dos seus habitantes” (trechos do artigo de Martinho Prado Júnior, no jornal *A Província de São Paulo*, apud Costa, 1956, p. 115).

O poder público não criava impedimentos à entrada do café. Ao contrário, a Câmara procurava incentivar o crescimento das plantações e buscava maneiras de cobrar imposto sobre o café exportado no município. Os vereadores demonstravam até certo exagero ao tratar do tema nas sessões da Câmara, entusiasmados com as possibilidades do novo cultivo e a renda gerada por ele em outras localidades. Nas atas da Câmara, o primeiro indício de presença de café na localidade data de 22 de dezembro de 1878. O registro da Câmara, claramente contaminado pelo mencionado exagero dos vereadores, aponta a existência de “milhões de pés de café plantados” no município⁹. Nos inventários *post*

⁹ A mencionada ata registra o envio de informações solicitadas pelo governo provincial acerca da adequação do município à cultura cafeeira. Deliberaram os vereadores “que se desse as informações que o Governo pede em circular de 22 de Outubro último, no sentido de demonstrar que este Município é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los” (Camargo, 1974, p. 61).

*mortem*¹⁰, o primeiro registro do café data de 1869. O inventariado em questão era José Venâncio Martins, que possuía entre seus bens um cafezal já produzindo. Como os pés de café começam a produzir quatro ou cinco anos depois de plantados, pode-se considerar que tal cafezal foi plantado provavelmente entre 1863 e 1864¹¹.

¹⁰ Os processos de inventário constituem importante fonte documental para estudos de história econômica. Para aqueles pouco familiarizados com a estrutura e as informações disponíveis nos processos, segue uma pequena descrição de seu conteúdo. Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos de inventário são os nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, aparecem os herdeiros e os bens pertencentes ao espólio. Para garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de apresentar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os demais herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo. Eram, então, descritos todos os bens que o indivíduo possuía no momento da morte e os valores que este, porventura, tivesse a receber de terceiros ou a pagar a terceiros. Caso todos os herdeiros concordassem com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o “Auto de partilha”, ou seja, o auto de divisão dos bens. Apesar de ricos em informações, os inventários *post mortem* constituem uma fonte de dados limitada, pois sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores. No estudo ora apresentado, foram considerados todos os inventários do período 1889–1900 encontrados, na época da coleta de dados, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão. Atualmente, devido a uma reestruturação dos serviços de arquivos do sistema judiciário, os processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto estão preservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Já os processos do Segundo Ofício de Ribeirão Preto, do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão, encontram-se em Jundiá. No total, são 189 processos, dos quais 188 arquivados no momento da coleta de dados em Ribeirão Preto e apenas 1 em São Simão. Esses processos estão distribuídos de maneira quase que regular ao longo do período. Os anos com maior número de processos são 1892, com 27, e 1897, com 20. Os com menor número são 1899, com 9, e 1889, com 11. Como fonte complementar, foram utilizadas diversas “Listas de qualificação de votantes”, tanto de Ribeirão Preto como de São Simão. Não obstante, informações dos processos de inventário de outros períodos foram utilizadas sempre que necessário para melhor caracterizar a localidade e o momento escolhidos como objeto do presente estudo.

¹¹ Quando faleceu, José era casado em segundas núpcias com Maria Francisca do Nascimento, a inventariante no processo. Sua primeira esposa havia sido Anna Leopoldina de Almeida, com quem teve sete filhos e, além destes, teve mais seis filhos com sua segunda esposa. As idades eram variadas, um dos mais velhos já havia falecido, e o mais novo contava com apenas 3 meses de idade. Os avaliadores dos bens foram José Bento Nogueira da Luz e João Gonçalves dos Santos. Sua casa era mobiliada de maneira simples: catres, tamboretas, um armário, uma mesa e um banco. Entre seus haveres, foram encontrados bens móveis, animais, mantimentos e culturas.

A partir de sua introdução, a cafeicultura foi se espalhando pela área rural da localidade e sua evolução pode ser percebida considerando-se a presença da rubiácea, ou de indícios de seu cultivo, nos processos de inventário *post mortem* das décadas de 1870 e 1880, informações essas apresentadas nas Tabelas 1 e 2, respectivamente.

Conforme a Tabela 1, dentre os 102 inventários do período 1870-1879, apenas 4 mostram indícios da cultura cafeeira. Nesses 4 processos, foi possível observar a existência de 4 cafezais e mais 48.439 pés de café.

Tabela 1 – A presença cafeeira (Ribeirão Preto, 1870-1879)

DESCRIÇÃO DO CAFEIEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	4	1:120\$000	280\$000
Pés de café de 3 anos	8.000	2:400\$000	\$300
Pés de café formados	439	214\$090	\$488
Pés de café sem idade	10.000	10:000\$000	1\$000
Pés de café sem avaliação	30.000	–	–

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Os dados para o período 1880-1888 confirmam o avanço da atividade. Dentre os 98 processos do período, 18 apontam a existência da cafeicultura. Para essa década, no total, foram avaliados 323.463 pés de café, dos quais 138.763 já formados, 46.454 novos e 96 mil com idades variando de 1 a 4 anos, além de 2 cafezais e 42.246 pés de café, cujas idades não foram informadas¹².

Havia também canastras, caixas e um oratório com imagens. Na cozinha, foram encontrados tachos, bacias e panelas feitas de cobre e de ferro. Além desses trastes, a família possuía, ainda, um quarto de um faqueiro de prata. Entre os mantimentos avaliados, destacam-se 23 sacos de sal, 15 carros de milho e 50 alqueires de café com casca. Seu rebanho era de tamanho médio, sendo composto por bovinos, suínos e uns poucos cavalos. José era escravista. Possuía 21 cativos com idades entre 4 e 50 anos. O café não era o único cultivo encontrado no inventário. Além do cafezal, havia também uma roça de milho. O milho era comumente encontrado nos inventários ribeirão-pretanos, especialmente nos casos em que o inventariado também era criador de suínos. Inventário de José Venâncio Martins (1868), AFRP, Segundo Ofício, caixa 7.

¹² Além dos pés de café descritos na Tabela 2, foram localizados nos inventários um secador para café; quatro máquinas de beneficiar e um lavador para café.

Tabela 2 – A presença cafeeira (Ribeirão Preto, 1880-1889)

DESCRIÇÃO DO CAFEIEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	2	900\$000	450\$000
Pés de café	42.246	31:096\$000	\$736
Pés de café formados	138.763	92:713\$000	\$668
Pés de café novos	46.454	8:175\$400	\$175
Pés de café de 1 ano	13.000	1:500\$000	\$115
Pés de café de 2 anos	13.000	3:000\$000	\$230
Pés de café de 3 anos	50.000	15:000\$000	\$300
Pés de café de 4 anos	20.000	6:000\$000	\$300

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No entanto, o café não era a única atividade presente no conjunto de inventários. Outras atividades agropastoris, e até algumas de caráter mais urbano, podem ser encontradas partindo-se das informações constantes nos processos¹³.

Considerando os inventários do período 1849-1888, do total de 217 processos, 179 inventariados dedicavam-se às atividades de lavoura e/ou criação de animais, perfazendo estes aproximadamente 82% dos processos relativos ao período. Esses mesmos 179 inventariados concentravam aproximadamente 89% da riqueza bruta inventariada, e 95% do valor alocado em escravos e 94% dos escravos inventariados. Dentre esses 179 processos, os inventariados do sexo masculino são maioria, perfazendo aproximadamente 60%. Esses são responsáveis por 65% do total da riqueza bruta e 67% dos cativos inventariados. As mulheres, por outro lado, totalizam aproximadamente 40% dos inventários, possuindo estas 35% do total da riqueza bruta e 33% do total de cativos inventariados.

Ao lado das atividades tipicamente rurais, os inventários do período 1849-1888 mostraram outras ocupações de caráter mais urbano. Já se nota, na recém-criada povoação, o desenvolvimento de um núcleo urbano mais bem definido e até certa expansão das atividades urbanas¹⁴.

¹³ Para a identificação mais apurada das atividades desenvolvidas pelos inventariados, como fonte de apoio foram utilizadas as “Listas de qualificação de votantes” da localidade, preservadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Vale lembrar que, nos casos em que o inventário era de uma mulher casada, procurou-se, nas listas de votantes, seu cônjuge.

¹⁴ Alguns dos negociantes encontrados comercializavam produtos diversos, tais como secos, molhados e utilidades domésticas. Outros possuíam estabelecimentos mais

Contudo, mesmo considerando essa diversificação de atividades e que durante a década de 1880 a presença cafeeira tenha se mostrado substancialmente ampliada, a mais antiga atividade econômica da região, a criação de gado, não desapareceu.

Não obstante, foram observados sinais de sua adequação ao novo cultivo. Na década de 1880, foram encontradas 1.207 cabeças de gado nos processos de inventário, menos da metade do rebanho existente na década anterior. Observa-se o crescimento de um só tipo de bovino, dos bois de carro. No entanto, sabe-se que os bois de carro eram amplamente utilizados nas fazendas de café, principalmente para transportar o produto durante as diversas fases de cultivo e beneficiamento dos grãos. Dessa forma, a alteração na composição dos rebanhos bovinos indica uma adequação dessa atividade, anteriormente predominante e mais importante na localidade, ao novo cultivo introduzido na região, o café.

Essa sociedade, caracterizada com base nas informações dos inventários *post mortem* do período 1849-1888, se mostra muito mais rural do que propriamente urbana, e por essa razão seria natural encontrar uma estrutura patrimonial condizente com essa forte ligação com o campo. Considerou-se, para as análises sobre a composição dos patrimônios, a riqueza bruta dos inventariados. Esta era formada pela soma de todos os bens que os indivíduos possuíam no momento da morte¹⁵. Esses bens estavam distribuídos em cinco categorias, a saber: bens móveis (móveis e utensílios domésticos diversos), semoventes (animais), escravos, bens

especializados, comercializando apenas bebidas ou madeiras. Havia também alguns profissionais de artes e ofícios, um alfaiate e um carpinteiro, além de um boticário. Em alguns casos, esses comerciantes eram lavradores que buscavam diversificar suas atividades, mantendo sua ligação com o campo por meio da posse de terras e da criação de animais.

¹⁵ Além dos problemas e das limitações do *corpus documental* que foram mencionados anteriormente, deve-se ressaltar que o inventário poderia se estender por anos e anos. Nesse intervalo de tempo, inúmeros acontecimentos podiam provocar a modificação do conjunto de bens inicialmente declarado. Por exemplo, algum dos herdeiros podia falecer, algum dos escravos podia ser libertado ou os bens serem vendidos para garantir o sustento da família do inventariado, enquanto corria o processo. O procedimento adotado foi o seguinte: para o estudo da composição da riqueza inventariada, consideraram-se os números apresentados na partilha, e, para a caracterização de cada um dos grupos ativos – bens móveis, semoventes ou animais, escravos, bens imóveis e dívidas ativas – considerou-se a descrição dos bens tal como feita no início do processo, procedimento adotado como forma de aproveitar melhor as informações disponibilizadas pela fonte documental utilizada.

imóveis (propriedades rurais e benfeitorias, além de casas e terrenos urbanos) e dívida ativa (valores que o inventariado tinha emprestado a terceiros, familiares ou não). Os valores encontrados foram transformados em libras esterlinas¹⁶. A partir daí, os processos foram separados em seis faixas, conforme o valor alcançado pelo monte mor ou riqueza bruta¹⁷. Até 1888, boa parte dos inventariados possuía patrimônios relativamente modestos, de até 500 libras. Na década de 1870, aqueles que possuíam menos 500 libras somavam 61,8% dos inventariados e respondiam por apenas 10,2% dos recursos. Entre 1880 e 1888, os patrimônios de até 500 libras respondiam por 65,3% do total de inventários e 9,9% dos patrimônios. Corroborando a distribuição desigual da riqueza inventariada, os índices de Gini calculados para a década de 1870 e para o período 1880-1888 foram de 0,733 e 0,763 respectivamente.

Agora, após conhecer um pouco mais acerca da formação do município e sua evolução econômica, pode-se prosseguir com análise do tema central no presente artigo, a economia e a alocação da riqueza bruta em Ribeirão Preto, na última década do Oitocentos.

2. A economia e a alocação da riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900

A cultura cafeeira, introduzida no município ainda na década de 1860, foi fator propulsor de uma série de transformações na economia da lo-

¹⁶ Foram utilizados os valores apresentados pelo IBGE na série Valores em moeda nacional e em libras das exportações e importações, saldo comercial e taxa de câmbio implícita (1821-1900), IBGE, 1990, p. 568-571, indicada por Nozoe et al., 2004. A conversão dos valores em libras esterlinas possibilitou a comparação longitudinal dos patrimônios antes e depois do Encilhamento. Contudo, a fim de facilitar o diálogo com outros estudos, optou-se por apresentar, sempre que possível, os valores dos bens e do patrimônio em moeda nacional.

¹⁷ Considerou-se como riqueza o total dos bens que a família do inventariado possuía, inclusive os gêneros da lavoura. Na historiografia, ora observa-se a inclusão ora a exclusão de tais bens – gêneros – do cômputo da riqueza. Canabrava, em trabalho de 1972, recentemente reeditado, não os considera, por entender que significam rendimentos (Canabrava, 2005, p. 179). Oliveira utiliza o conceito desenvolvido por Canabrava e, portanto, também os exclui (Oliveira, 1997, p. 72, 2003, p. 155). Já Zélia Maria Cardoso de Mello, Renato Leite Marcondes e Leonel de Oliveira Soares incluem esses valores nas análises desenvolvidas (Mello, 1990, p. 80; Marcondes, 1998, p. 200, nota 1; Soares, 2003, p. 111).

calidade. Durante a década de 1870, o café era cultivado nas fazendas de criação e sua presença não provocou modificações substanciais na estrutura da pecuária preexistente. Na década de 1880, observamos o avanço e a disseminação da cultura ao mesmo tempo em que diminuía os rebanhos bovinos.

No período ora analisado, 1889-1900, o café estava consolidado na localidade como principal atividade econômica. Percebe-se então a transformação do município, que passou de uma vila com pouco mais de 10 mil habitantes em 1886 para um município com quase 60 mil em 1900. Grande parte desse incremento populacional ocorreu por causa da chegada dos imigrantes em substituição ao trabalho escravo. Em 1888 entraram na província paulista 92.086 imigrantes, e em 1891 esse número chegou a 108.736 (cf. Delfim Netto, 1981, p. 22). A presença de estrangeiros no município vinha crescendo desde a década de 1870, chegando a 761, em 1886, e 1.282, em 1890.

O advento da Abolição, além de promover a imigração, incentivou a transferência de produtores de outras regiões para o Oeste Paulista, onde o trabalho imigrante já estava estabelecido e mostrava bons resultados. A utilização dos estrangeiros significava consideráveis gastos para o fazendeiro. Mesmo com os auxílios governamentais para o custeio das passagens, os produtores de café tinham que adaptar suas fazendas para acomodar os novos trabalhadores, o que envolvia a construção de casas e a formação de colônias. Em Ribeirão Preto, o primeiro conjunto de casas para imigrantes foi localizado em 1888, no inventário do cafeicultor e proprietário de escravos João Gomes do Val.

O crescimento populacional acelerado fez surgir uma série de problemas na cidade, principalmente os relacionados com o saneamento urbano. Os recursos que o café gerava para a Câmara Municipal eram insuficientes para suprir as necessidades públicas. A municipalidade começou a dispor de mais recursos somente quando as atividades urbanas – comércio, indústria, profissionais liberais e prestadores de serviços – começaram a se estabelecer e recolher o Imposto de Indústria e Profissões, principal fonte de financiamento da Câmara naquele período¹⁸.

¹⁸ O desenvolvimento proporcionado pelo café se estendeu também aos distritos vizinhos. Como mencionado anteriormente, o município analisado perde dois deles na década de 1890, Sertãozinho e Cravinhos. O primeiro deles era a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Aparecida do Sertãozinho, que havia sido criada no

Nessa primeira década republicana, começam a surgir fazendeiros dedicados ao café, que cuidavam também da comercialização do produto e do financiamento da atividade. Um deles era Henrique Dumont, que abriu na cidade de Santos, em sociedade com Ignácio Penteado, a casa comissária Penteado & Dumont. Essa casa comissária seria a primeira de uma série de casas que seriam fundadas, nos primeiros anos do século XX, por representantes da cafeicultura ribeirão-pretana (cf. Bacellar; Brioschi, 1999, p. 134).

A cafeicultura paulista vivia um momento favorável, com o estado de São Paulo ocupando o posto de maior produtor brasileiro e de maior exportador mundial de café. A expansão das plantações em Ribeirão Preto pode ser percebida pelo aumento no número de inventários com a presença do café. Mais elevado ainda foi número de inventários em que o café era o produto principal. Como foi visto, o proprietário do cafezal encontrado em 1868 era também pecuarista. Na década de 1870, o café aparecia em cinco processos, sendo o produto principal de apenas dois deles. O café como principal produto começou a aparecer com maior frequência nos inventários da década de 1880.

Na última década do século XIX, a historiografia relata que a cultura cafeeira dominava as lavouras da região, sendo seu cultivo praticamente uma regra entre fazendeiros locais. Os produtores de maior expressão eram proprietários de imensas glebas, possuíam extensos cafezais e empregavam milhares de colonos. O exemplo mais conhecido foi o de Francisco Schmidt, um imigrante alemão nascido em Osthofen, às margens do rio Reno, em 1850.

Em 1858, sua família veio para trabalhar numa das primeiras colônias de trabalho livre do interior da Província de São Paulo, a da Fazenda

ano de 1885, em terras da antiga Fazenda do Sertãozinho do Mato Dentro. As discussões na Câmara de Ribeirão Preto para a definição de seus limites e o futuro desmembramento começaram em 1889. O ano de 1896 marca a fundação do município e o desmembramento de seu território (cf. Camargo, 1974, p. 79-82). A Freguesia de Cravinhos é mais antiga e durante vários anos foi motivo de discórdia entre as vilas de Ribeirão Preto e São Simão. Quando ocorreu a dos territórios simonense e ribeirão-pretano, a povoação de Cravinhos ficou do lado ribeirão-pretano. Porém os simonenses protestaram, pois, com a retirada do território de Cravinhos e de Ribeirão, a Vila de São Simão ficava com menos da metade de seu território original. A questão se arrastou até 1893, quando o Estado criou o distrito de Cravinhos, jurisdicionado a Ribeirão Preto. O município de Cravinhos foi criado em 1897 (cf. Camargo, 1974, p. 83-87).

Felicíssima, em São Carlos do Pinhal. Trabalhou como colono até abrir um armazém de secos e molhados na cidade de Descalvado, em 1878. Em 1889 comprou sua primeira fazenda, localizada em Santa Rita do Passa Quatro e chamada Bela Paisagem. Em 1890, vendeu essa propriedade e associou-se a Arthur Aguiar Diederichsen, para comprar a Fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto. Menos de 15 dias depois, Diederichsen desistiu do negócio e Schmidt ficou com toda a fazenda graças ao financiamento que ele conseguiu na firma Theodor Wille (cf. Moraes, 1980, p. 46-66).

A Fazenda Monte Alegre foi o ponto de partida para a expansão dos negócios de Francisco Schmidt com o financiamento da firma Theodor Wille. Chegou a possuir 12 fazendas de café em Ribeirão Preto. O tamanho médio das lavouras de Schmidt foi calculado em 284.493 pés. A maior de suas fazendas, tanto em extensão como em número de pés, foi a Iracema, com 633 alqueires e 507.030 pés.

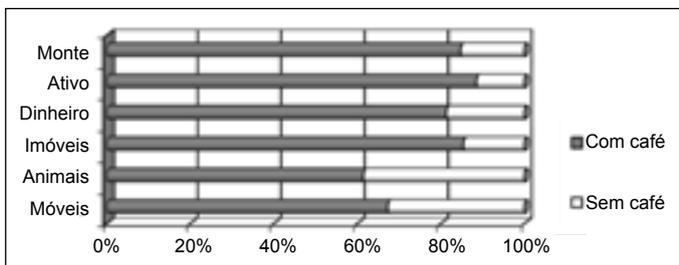
Um exercício interessante foi o cálculo, considerando os dados das 12 fazendas de Schmidt, do número médio de pés de café por alqueire. Sabe-se que a fazenda de café não era composta somente por plantações, pois eram necessários terreiros, casas de máquina, tulha, casas de colonos, enfim, toda a estrutura que caracterizava o complexo cafeeiro. Mesmo considerando todas as imprecisões desse cálculo, nota-se que havia certo padrão nas médias calculadas. Na maior parte dos casos, as médias estavam entre 1.200 e 1.400 pés de café por alqueire de propriedade de Schmidt (cf. Lopes, 2005, p. 90).

O número de cafeicultores em Ribeirão Preto subiu aproximadamente 16% em relação aos números da década de 1880. Entre os 189 processos do período 1889-1900, havia 66 com a presença do café, ou 34,9%. No período anterior, essa porcentagem era de 18,4%. Além de terem sido mais comuns, os inventários com café concentraram uma substancial parcela da riqueza do período, representando 84,8% do valor dos montes. Conforme o Gráfico 1, os cafeicultores participavam com mais de 60% dos recursos alocados em cada um dos grupos de ativos considerados. A menor porcentagem foi de 61,49%, na variável *animais*, e a mais alta foi de 88,7%, na variável *ativo*.

O aumento nos níveis de riqueza proporcionado pela expansão da atividade cafeeira pode ser constatado na análise do número de processos em cada uma das faixas de tamanho de riqueza, conforme os dados

da Tabela 3. No período anterior, 1880–1888, a porcentagem de inventários cujo monte mor estava acima das 5 mil libras era de 4,1%, sendo esses indivíduos responsáveis por 46,1% da riqueza. Os inventariados mais pobres, aqueles cujos montes estavam abaixo das 500 libras, representavam 65,3% do total de processos e respondiam por apenas 9,9% da soma dos montes. Analisando os números para a década de 1890, observa-se a modificação desse quadro. Os inventários abaixo das 500 libras passaram a representar 46%, e não mais 65,3%, sendo responsáveis por apenas 2,1% da soma dos montes. Em contrapartida, o número de processos com monte mor acima das 5 mil libras subiu para 15,9%, e a porcentagem da riqueza concentrada por eles foi de 82,6%¹⁹.

Gráfico 1 – Participação dos cafeicultores no valor dos ativos considerados (Ribeirão Preto, 1889-1900)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Tabela 3 – Distribuição do monte mor total entre os inventariados segundo diferentes faixas de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	87	46,0	16.002,57	2,1	183,94
Entre 500 e 999 libras	31	16,4	21.532,28	2,8	694,59

¹⁹ Certamente, há que se considerar os impactos da Abolição da escravidão na composição da riqueza dos inventariados. Contudo, em Ribeirão Preto, o enriquecimento promovido pela atividade cafeeira mais do que compensou o efeito da Abolição. Para o período 1880-1888, o patrimônio médio de um inventariado proprietário de escravos foi calculado em 2.822,58 libras (cf. Lopes, 2005, p. 84). Para o período 1889-1900, o valor médio dos patrimônios foi calculado em mais de 4 mil libras, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição do monte mor total entre os inventariados segundo diferentes faixas de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Entre 1.000 e 1.999 libras	22	11,6	32.348,23	4,2	1.470,37
Entre 2.000 e 2.999 libras	5	2,6	11.686,39	1,5	2.337,28
Entre 3.000 e 4.999 libras	14	7,4	53.031,85	6,9	3.787,99
Acima de 5.000 libras	30	15,9	639.347,40	82,6	21.311,58
Total	189	100,0	773.948,72	100,0	4.094,97

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

A concentração de recursos nos inventários de maior monte mor foi confirmada pelo cálculo do índice de Gini. O valor encontrado para o período entre 1889 e 1900 foi o maior de toda a segunda metade do século XIX, igual a 0,821. Para relembrar, os valores encontrados anteriormente haviam sido: 0,733 para a década de 1870 e 0,763 para o período 1880-1888.

Foram encontradas diferenças marcantes entre o grupo dos cafeicultores e dos não cafeicultores, conforme os dados das Tabelas 4 e 5. Mais evidente do que a diferença entre os cafeicultores e os não cafeicultores foi a diferença encontrada entre os cafeicultores com monte mor abaixo das 2 mil libras e os com montes acima desse valor.

Conforme a Tabela 4, existiam 123 inventariados de não cafeicultores, dos quais 95,1% possuíam montes mores abaixo das 2 mil libras. Esses mesmos 95,1% de inventários concentravam 42,5% dos patrimônios dos não plantadores de café. Ainda analisando os não cafeicultores, foram localizados, com monte mor acima das 2 mil libras, apenas 6 processos. Estes respondiam por 57,6% da riqueza do segmento dos não plantadores de café e 8,8% da riqueza total inventariada no período. Esses últimos inventariados eram 2 criadores, 2 lavradores, 1 negociante e 1 capitalista.

Analisando agora os cafeicultores. Conforme os dados da Tabela 5, esse segmento, ao contrário do anterior, era basicamente formado por inventariados com monte mor acima das 2 mil libras. Esses cafeicultores perfaziam 65,2% do total de plantadores de café, sendo responsáveis por 97% da riqueza em seu segmento e 82,2% da riqueza total inventariada

no período. Os cafeicultores com monte mor abaixo das 2 mil libras somavam 34,8%, que respondiam por 3% da riqueza dos cafeicultores e aproximadamente o mesmo da riqueza total.

Tabela 4 – Distribuição dos inventários dos não cafeicultores segundo as diferentes faixas de tamanho de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	80	65,0	14.129,90	12,0	176,62
Entre 500 e 999 libras	24	19,5	16.965,18	14,4	706,88
Entre 1.000 e 1.999 libras	13	10,6	18.928,18	16,1	1.456,01
Entre 2.000 e 2.999 libras	2	1,6	4.773,73	4,1	2.386,86
Entre 3.000 e 4.999 libras	2	1,6	7.349,15	6,2	3.674,58
Acima de 5.000 libras	2	1,6	55.706,11	47,3	27.853,05
Total	123	100,0	117.852,25	100,0	958,15

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Tabela 5 – Distribuição dos inventários dos cafeicultores segundo as diferentes faixas de tamanho de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	7	10,6	1.872,67	0,3	267,52
Entre 500 e 999 libras	7	10,6	4.567,10	0,7	652,44
Entre 1.000 e 1.999 libras	9	13,6	13.420,05	2,0	1.491,12
Entre 2.000 e 2.999 libras	3	4,5	6.912,66	1,1	2.304,22
Entre 3.000 e 4.999 libras	12	18,2	45.682,69	7,0	3.806,89
Acima de 5.000 libras	28	42,4	583.641,30	89,0	20.844,33
Total	66	100,0	656.096,47	100,0	9.940,86

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

O aumento no número de cafeicultores trouxe como consequência uma elevação no número de pés de café e no número de bens relacionados à cafeicultura nos inventários do período 1889-1900. As árvores cafeeiras avaliadas chegaram a pouco mais de 4 milhões, numa média por inventário igual a 61,881²⁰. Para se ter ideia da importância do valor alcançado por esses cafezais na composição da riqueza dos inventariados, foi calculada a participação destes no valor dos bens imóveis e no valor da riqueza do período. Constatou-se, então, que o valor das plantações foi responsável por 35,1% dos bens imóveis e por 25,4% de toda a riqueza do período. As plantações de café eram tão valorizadas, que foi possível encontrar avaliação até mesmo das covas abertas para o plantio das mudas²¹.

As máquinas para beneficiamento da produção atingiram valores consideráveis. Foram localizadas nos inventários três máquinas de beneficiar e um secador para café. As máquinas possuíam um valor elevado, que variava de 25 até 70 contos de réis, dependendo de seu estado de conservação e de suas instalações. Por exemplo, algumas eram avaliadas juntamente com a casa onde estavam e a tulha anexa, outras eram avaliadas sem os anexos, e outras ainda eram avaliadas sem estar instaladas. O valor alcançado pelo secador de café foi menor, 6 contos de réis²².

A maior parte dos pés de café localizados foi plantada entre os anos de 1882 e 1898, em especial no período 1890-1894. Provavelmente, essa concentração foi um reflexo da elevação dos preços internacionais ocorrida no período 1885-1890, que por sua vez foi provocada pelo aumento das demandas europeia e americana e pela irregularidade das safras após 1885.

Segundo Delfim Netto, naquele ano de 1885, a produção “havia sido de 5,6 milhões de sacas, a de 1886/87 foi de 6,2 milhões e a de 1887/88 alcançou apenas 3,3 milhões” (Delfim Netto, 1981, p. 21- 22). A safra

²⁰ Média calculada dividindo-se o número total de pés de café encontrados pelo número de inventários em que aparece a cultura cafeeira, como atividade principal ou não.

²¹ Inventário de Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16.

²² Inventários de Galdino Rodolfo Marcos Taveira (1898), Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), Francisco Dias do Prado (1899), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16. Inventário de Antonio Maria Gregório (1895), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 14. Inventário de Theodolindo Joaquim de Almeida (1894), AFRP, Segundo Ofício, caixa 14.

de 1888-1889 produziu 6,5 milhões de sacas e a de 1889-1890 apenas 4,6 milhões. O efeito dessas variações nos preços foi tal que entre 1885 e 1890 o preço de exportação do café mais que dobrou (cf. Delfim Netto, 1981, p. 24).

Os pés de café tinham o preço calculado considerando-se a qualidade, a idade e as condições gerais da plantação onde estava localizado. A idade dos pés nem sempre era expressa em anos, sendo muito comuns as avaliações de pés *novos*, *velhos* ou *formados*. Observando a Tabela 6, nota-se que os preços dos pés de café variavam entre \$322 réis a 3\$000 réis. Os pés novos alcançavam valores ao redor de \$246 réis. Os pés de 1 ano foram avaliados, em média, por \$322 réis cada um. Os pés de 2 anos tinham valor médio um pouco mais elevado, \$513 réis. Os pés com 3 anos chegavam a 1\$276 réis. Com 4 anos, um pé de café iniciava sua idade produtiva, sendo avaliado a 1\$934 réis em média. Os pés de café mais bem avaliados alcançaram médias de 3\$000 réis por planta.

Tabela 6 – Idades e preços dos pés de café (Ribeirão Preto, 1889-1900)

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM	VALOR TOTAL	VALOR MÉDIO
1	652.051	16,0	209:809\$100	\$322
2	668.759	16,4	342:828\$750	\$513
3	250.963	6,1	320:210\$600	1\$276
4	151.350	3,7	292:775\$000	1\$934
5	58.139	1,4	114:306\$000	1\$966
6	130.000	3,2	174:000\$000	1\$338
7	3.000	0,1	7:500\$000	2\$500
8	2.600	0,1	6:500\$000	2\$500
9	4.000	0,1	400\$000	\$100
10	7.400	0,2	22:200\$000	3\$000
11	22.000	0,5	26:400\$000	1\$200
12	1.100	0,0	3:300\$000	3\$000
18	22.000	0,5	15:400\$000	\$700
Novos	379.613	9,3	93:534\$300	\$246
Formados	1.458.175	35,7	3.091:077\$500	2\$120
Velhos	34.100	0,8	30:870\$000	\$905
Sem idade	238.878	5,8	232:570\$500	\$974
Total	4.084.128	100,0	4.983:681\$750	1\$220

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Outro tipo de bem que tornou mais comum por causa da cultura cafeeira foram as casas de colonos, construídas para abrigar a mão de obra que vinha em substituição ao trabalho escravo. Como foi visto anteriormente, a primeira avaliação de casas para colonos havia sido encontrada no inventário de João Gomes do Val, datado de 1888. No período 1889-1900, encontramos 30 grupos e 500 casas de colonos, localizados na área rural dos municípios de Ribeirão Preto, Cravinhos, Descalvado e Batatais. Essas casas normalmente eram simples, feitas de barro, pau a pique ou madeira. As construções de tijolos também existiam, mas não eram as mais comuns. Algumas possuíam esteios de madeira e paredes de barro. A cobertura costumava ser feita com telhas de barro ou com palha, sendo a telha de barro mais comum. As construções que alcançavam os maiores valores eram aquelas de tijolos e cobertas de telhas, chegando ao valor de 2 contos de réis, maior até que algumas casas simples na área urbana.

A tendência de valorização das terras próprias para o café, iniciada no período 1880-1888, continuou no período 1889-1900. Conforme os dados da Tabela 7, os alqueires de terras altas alcançaram os maiores valores médios do período, 806\$250 réis. Essas terras eram consideradas as mais adequadas ao plantio do café, por estarem menos sujeitas às geadas. Em alguns inventários, esse tipo de terra chegou a alcançar valores entre 1:250\$000 contos de réis e 1:300\$000 contos de réis.

Os alqueires de mata virgem também foram bem valorizados, chegando a atingir o valor de 1:600\$000 contos de réis. A existência de matas em uma determinada área indicava serem as terras de boa qualidade e, portanto, próprias para o café. As terras de primeira sorte, ou primeira qualidade, também alcançaram bons valores. A média de 627\$778 réis esconde avaliações de até 1:500\$000 contos de réis, valor maior do que o de alguns alqueires de terra de cultura alta.

Um dado que chamou a atenção foi o valor alcançado pelas terras de campos, matos e pastos. Em alguns inventários, essas terras foram avaliadas pelos maiores valores por alqueire encontrados no período, maiores até do que o das terras de cultura alta e das matas virgens. Como exemplo, podemos citar o inventário Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, no qual há avaliação de 48,5 alqueires de pasto com valores entre 200\$000 réis e 2:166\$667 contos de réis por alqueire²³. Em dois

²³ Inventário de Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16.

outros processos, datados de 1895 e 1896, encontramos mais 61 alqueires de pasto, todos com valor médio de conto de réis²⁴.

Tabela 7 – Tipos, quantidades e valores das terras (Ribeirão Preto, 1889-1900)

TIPO DE TERRA	QUANTIDADE	VALOR	MÉDIA*
Campos, matos e pastos	1.472,50	303:280\$000	695\$513
Cultura e campos	50,30	38:250\$000	371\$875
Mata virgem	2,00	3:200\$000	1:600\$000
Terra sem especificação de qualidade	4.434,30	1.247:307\$861	383\$291
Terra de cultura	1.503,50	635:660\$000	450\$568
Terra de cultura alta	526,00	487:300\$000	806\$250
Terra de cultura baixa	246,00	74:400\$000	418\$750
Terra de cultura de primeira sorte	743,50	600:050\$000	627\$778
Terra de cultura de segunda sorte	285,00	91:250\$000	391\$308
Terra de cultura de terceira sorte	48,50	8:950\$000	180\$000
Total	9.311,50	3.489:647\$861	592\$533

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

* Médias dos valores por alqueire em cada processo.

Até a chegada do café, a existência de pastos naturais era referência para a aquisição de terras. Os criadores de gado costumavam não explorar as áreas de terra roxa, geralmente cobertas de matas, pois o processo de retirada das árvores demandava tempo e um certo capital que nem sempre os criadores da região possuíam (cf. Bacellar; Brioschi, 1999, p. 110).

Os altos valores encontrados para os pastos podem indicar que a pecuária ainda era uma atividade importante na região. Aparentemente, após um período de ajustamento entre os anos de 1880 e 1888, a atividade pecuária voltou aos níveis da década de 1870. O número de bovinos que encontramos nos inventários do período 1889-1900 foi de 2.346,5²⁵, semelhante aos números da década de 1870 e 94,4% maior do que o do período 1880-1888²⁶. O número de criadores chegou a 63 e o rebanho médio de cada um foi calculado em 37,2. A Tabela 8 mostra

²⁴ Inventário de Elpídio Gomes (1895), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 14. Inventário de Ana Theodora de Moraes (1896), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 15.

²⁵ O número fracionado ocorre porque em alguns processos apenas parte do animal era inventariada.

²⁶ O número é fracionado porque em alguns processos a posse dos animais era compartilhada.

a distribuição desses proprietários e animais de acordo com as faixas de tamanho do rebanho.

Tabela 8 – Faixas de tamanho do rebanho bovino (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE TAMANHO DE REBANHO	PROPRIETÁRIOS		ANIMAIS	
	Número	%	Número	%
1-9	24	38,1	114,5	4,9
10-19	18	28,6	238,0	10,1
20-49	15	23,8	430,0	18,3
50 e mais	6	9,5	1.564,0	66,7
Total	63	100,0	2.346,5	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Observa-se que a porcentagem de proprietários com rebanho entre 1 e 9 animais caiu em relação ao período anterior, passando de 47,9% para 38,1%. A representatividade do rebanho que esses pequenos criadores possuíam, caiu de 14,2% para 4,9%. Por outro lado, o número de proprietários com mais de 50 reses subiu, passando de 4,1% para 9,5%. Anteriormente, esses maiores proprietários respondiam por 22,8% do rebanho e agora passaram a responder por 66,7%.

Essas variações podem ter ocorrido por causa da presença de 2 inventários com elevado número de bovinos em seus bens. O primeiro desses processos é o de Mariana Constança Junqueira, viúva que fez a partilha em vida de seus bens no ano de 1892. Seu rebanho bovino era formado por 981 animais, mais de um terço da nossa amostra. A inventariada era viúva de Francisco Maximiano de Souza Junqueira, falecido em 1870. Em seu inventário, Francisco contava com um rebanho de 474 cabeças, que foi dividido entre a viúva e seus 10 filhos. Ao que tudo indica, após a morte do marido, Mariana continuou a criar gado, pois o rebanho de seu inventário foi praticamente o dobro do rebanho inventariado por seu casal em 1870. Não foi encontrada lavoura cafeeira em nenhum dos 2 processos, indicando que o casal Francisco e Mariana se manteve ligado à pecuária mesmo durante a euforia cafeeira.

O segundo inventariado que desequilibra a amostra é o de Percilina Alves Junqueira. Em seu inventário, havia o café e a criação de gado. Seu rebanho era formado por 320 cabeças de gado, com valor de 23:765\$000 contos de réis, e seu cafezal tinha 76.400 pés de café, 8.400 formados e 68 mil novos, com valor total de 26:500\$000 contos de réis. A represen-

tatividade das duas atividades no monte mor era praticamente a mesma, considerando o valor do rebanho em relação ao dos cafezais.

O café era plantado em 2 fazendas, a Macuco e a Bananal, ambas no município de Ribeirão Preto, próximas da Fazenda do Sertãozinho. A maior parte dos pés de café estava plantada em terras da Fazenda Bananal. A área avaliada no processo tinha extensão de 728 alqueires de terra, dos quais 428 com “matos”. As benfeitorias eram 1 casa de morada da família, 2 casas e 2 grupos de casas para colonos, além de 1 paiol, 1 moinho e 1 monjolo. A outra fazenda onde se plantava café era a Macuco. Não se sabe a extensão dessa propriedade, pois suas terras foram avaliadas como “uma parte de terras na fazenda do Macuco”. Havia 16.400 pés plantados, 8.400 formados e 8 mil com 6 meses. Nessa propriedade havia também 1 casa de morada para família, 1 paiol e 4 grupos de casas para colonos.

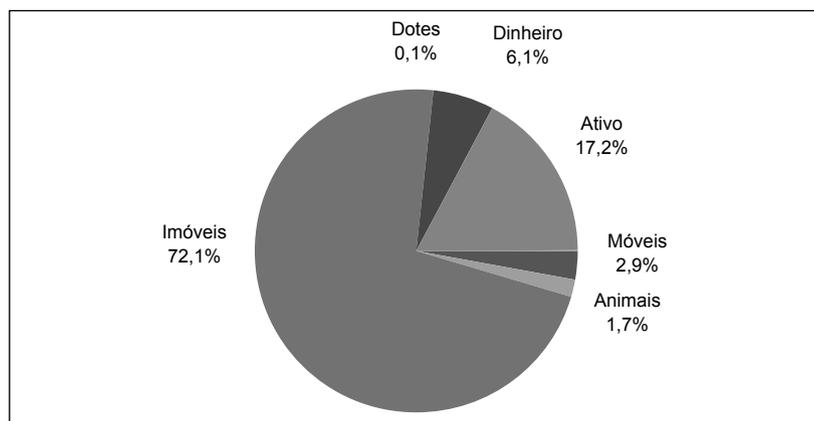
Os alqueires de pasto, onde provavelmente era criado o gado, estavam localizados na Fazenda do Ribeirão Preto, no lugar denominado Tanquinho. Foram avaliados 75 alqueires de pasto, 486 alqueires de campo e 140 alqueires de mato, além de 6 alqueires de terra com as benfeitorias.

Apesar de a atividade de criação estar localizada na Fazenda do Ribeirão Preto, não quer dizer que essa fazenda não era própria para a cafeicultura. No mesmo período, outros inventariados possuíam mais de 160 mil pés de café e 1 canavial na referida fazenda. Portanto, o segundo maior criador de gado do período 1889-1900 mantinha seu rebanho na mesma fazenda em que outros fazendeiros cultivavam café. A área ocupada por cada atividade deveria ser limitada, portanto, pela qualidade, pela localização das terras e pelos recursos de que dispunha o proprietário para explorá-las.

Os elevados preços alcançados pelas terras e cafezais modificaram um pouco o padrão de alocação existente anteriormente. Como pode ser observado no Gráfico 2, quase três terços dos bens inventariados em Ribeirão Preto, durante o período 1889-1900, estavam alocados em imóveis, continuando a tendência de alta iniciada com a introdução da cultura cafeeira na localidade. As porcentagens encontradas nos períodos anteriores, 1880-1888 e 1870-1879, foram de 56,3% e 52,1%, respectivamente. Ao longo do tempo, a composição desse ativo foi se modificando, dinâmica que pode ser observada na Tabela 9. No período inicial, as terras eram os imóveis mais representativos, concentrando quase a totalidade dos recursos alocados em imóveis.

Na década de 1870, apesar de o valor em terras ainda representar uma parcela importante, observa-se que vários outros tipos de imóveis têm sua participação aumentada. Com o aumento da ocupação rural, aumentaram também as benfeitorias e as terras com benfeitorias. Observa-se que aumentou a importância dos cafezais e diminuiu a das outras culturas. Existe um número maior de imóveis urbanos e suburbanos, chácaras e terrenos em áreas ao redor do núcleo urbano.

Gráfico 2 – Composição da riqueza inventariada (Ribeirão Preto, 1889-1900)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No período 1880-1888, a participação das terras caiu significativamente, passando de 79,5% para 58,9%. Essa queda foi compensada pela elevação dos valores em benfeitorias e em terras com benfeitorias. Nota-se que aumentou também a participação dos cafezais e apareceram as primeiras casas para colonos. A participação das outras culturas, dos imóveis urbanos e dos imóveis suburbanos caiu um pouco.

No período de 1889 até 1900, o valor nominal alcançado pelas parcelas analisadas subiu de maneira substancial, o que em parte pode ser explicado pela conturbada situação monetária vivida pelo país no período. Porém, analisando o valor da riqueza do período anterior, em libras esterlinas, constata-se que ela alcançou a soma de 114.704,67 libras, sendo o valor dos imóveis de 64.609,64 libras. Para o período republicano, o valor da riqueza foi igual a 773.948,72 libras e o valor dos imóveis de 558.161,01 libras, quase dez vezes mais elevado do que o encontrado

anteriormente. Dessa maneira, mesmo que as porcentagens de cada parcela dos imóveis tenham permanecido estáveis ou tenham variado pouco, o valor alocado em cada uma delas aumentou substancialmente.

Tabela 9 – Composição dos imóveis (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE BEM	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor nominal	%	Valor nominal	%	Valor nominal	%	Valor nominal	%
Terras	423:883\$882	95,5	521:168\$305	79,5	385:235\$871	58,9	4.953:356\$258	34,8
Benfeitorias	14:239\$800	3,2	37:353\$498	5,7	59:203\$000	9,0	1.720:502\$447	12,1
Terras com benfeitorias	600\$000	0,1	9:280\$000	1,4	16:983\$000	2,6	231:370\$000	1,6
Casas para colonos	–	–	–	–	700\$000	0,1	359:250\$000	2,5
Cafezais	1:250\$000	0,3	13:734\$090	2,1	146:384\$400	22,4	4.977:731\$750	35,0
Outras culturas	2:352\$000	0,5	1:324\$000	0,2	4:120\$000	0,6	80:210\$000	0,6
Imóveis urbanos	1:710\$000	0,4	70:540\$000	10,8	41:502\$000	6,3	1.825:663\$333	12,8
Imóveis suburbanos	–	–	20:00\$000	0,3	50\$000	–	65:787\$500	0,5
Ilegíveis	–	–	–	–	–	–	600\$000	0,0
Outros	–	–	–	–	–	–	600\$000	0,0
Total	444:035\$682	100,0	655:399\$893	100,0	654:178\$271	100,0	14.215:071\$288	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

A concentração dos imóveis em bens relacionados com a cultura cafeeira, tendência iniciada na década de 1880, se mostra mais evidente. As porcentagens em terras, benfeitorias, cafezais e casas para colonos representam 84,5% do valor total. Vemos aumentada consideravelmente a parcela em imóveis urbanos, indicando o dinamismo da cidade, que no final do período teria quase 60 mil habitantes.

O segundo item mais importante da riqueza foi o ativo, responsável por 17,2% do valor inventariado no período 1889-1900. A composição desse item, tal como ocorreu com a composição dos imóveis, foi se modificando desde o primeiro período estudado. Como pode ser observado na Tabela 10, algumas dessas dívidas não foram especificadas pelos inventariantes, sendo descritas genericamente como *dívida ativa*. Uma parcela significativa era proveniente de empréstimos, alguns com a cobrança de juros e outros não.

No primeiro período, o valor do ativo foi dividido basicamente entre dívidas não especificadas e empréstimos. A existência de contas de livro não necessariamente indica a existência de negociantes entre os inventariados, podendo ser referentes a vendas de animais ou produtos da lavoura. Além dessas dívidas, foi localizado também um contrato para retirada de madeiras, firmado em junho de 1859 entre Joaquim Noris de Paula e a família de Anna Claudina Diniz Junqueira.

Tabela 10 – Composição das dívidas ativas (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE DÍVIDA ATIVA	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ações	–	–	–	–	8:000\$000	7,0	118:910\$000	3,6
Adiantamentos de legítima	–	–	–	–	–	–	12:310\$130	0,4
Contas de livro	16:936\$387	14,2	7:307\$956	5,4	3:373\$730	2,9	14:209\$551	0,4
Dívida não especificada	47:963\$777	40,1	35:107\$972	25,8	61:192\$773	53,3	907:653\$971	27,1
Empréstimos e juros	54:426\$263	45,5	91:993\$646	67,7	36:454\$352	31,7	67:014\$034	2,0
Escrituras	–	–	–	–	–	–	111:912\$816	3,3
Hipotecas	–	–	1:511\$000	1,1	1:700\$000	1,5	1.366:945\$339	40,8
Letras	–	–	–	–	100\$000	0,1	702:029\$672	21,0
Seguros	–	–	–	–	–	–	3:227\$600	0,1
Títulos	–	–	–	–	4:000\$000	3,5	21:561\$000	0,6
Contratos	300\$000	0,3	–	–	–	–	22:510\$000	0,7
Total	119:626\$427	100,0	135:920\$574	100,0	114:820\$855	100,0	3.348:284\$113	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Na década de 1870, as dívidas não especificadas e os empréstimos a juros continuavam a ser as principais parcelas, sendo a participação dos empréstimos mais significativa do que no período anterior. Pela primeira vez aparece uma hipoteca, firmada entre José Pedro Alves e Emerenciano Alves da Cunha, por volta de 1872, com valor de 1:511\$000 contos de réis.

O terceiro período, 1880-1888, foi marcado pela diminuição na porcentagem de empréstimos e pela identificação de novos tipos de dívidas. Em 1884 havia títulos da dívida pública no valor de 4 contos de réis; em

1887 existiam 40 ações da Estrada de Ferro Leopoldina no valor total de 8 contos de réis e 1 letra não especificada com valor de 100 mil-réis.

No período republicado, 1889–1900, foram encontradas diversas hipotecas e letras, sendo estas responsáveis por mais de 60% das dívidas do período. Constatou-se também a existência das primeiras dívidas envolvendo escrituras, seguros e contratos. Destaca-se o contrato de arrendamento de cafezal firmado por João Vicente Ferreira e João Franco de Moraes Otávio. Este último repassou o contrato para Theóphilo F. Leite, que o repassou para a firma Theodor Wille. O valor total do contrato era de 22:500\$000 contos de réis, pagos em parcelas anuais de 4:500\$000 contos de réis. Aparentemente, nenhuma parcela havia ainda sido paga, pois o contrato aparece no inventário com valor total, sem o desconto de nenhuma parcela. Havia também uma apólice de seguro de vida adquirida por Matheus Chaves de Magalhães da New York Life Insurance Co., no valor de 3:227\$600 contos de réis. Infelizmente não temos detalhes das escrituras, encontradas em inventários de Elpídio Gomes e Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim.

Com relação aos bens móveis, pode-se dizer que sua participação desde o início foi pequena, principalmente pelo baixo valor alcançado por seus componentes. Com o passar do tempo e a identificação de frutos do cafeeiro nos inventários, nota-se uma pequena elevação na sua participação, abafada no último período pelo aumento dos níveis de riqueza provocado pela disseminação do café entre os inventariados.

Com relação aos animais, observa-se que sua participação também foi variável ao longo do tempo, pois a economia da região, anteriormente caracterizada pela pecuária, sofreu modificações substanciais com a introdução do café. Até a década de 1870, a atividade de criação não tinha sofrido grandes mudanças, o número médio de animais por proprietário e o número de reses se mantiveram sem alterações substanciais. No período de 1880 a 1888, foi observada uma redução substancial do rebanho bovino e o aumento do número de criadores, o que provocou uma queda acentuada na média por proprietário. Os dados do último período indicam que a atividade pecuária retorna os níveis anteriores, mas não como atividade principal da localidade, mas sim como atividade de apoio ao café, fornecendo, principalmente, bois de carro para o trabalho nas fazendas.

Como pode ser observado na Tabela 11, junto com os bovinos, os criadores ribeirão-pretanos possuíam também equinos, muares e suínos,

sendo os caprinos e ovinos pouco representativos. A importância da pecuária pode ser percebida pela representatividade dos bovinos, 82,7% no primeiro período, 67,2% no segundo, 63,8% no terceiro e 65% no último período. A segunda posição foi ocupada pelos equinos e muares alternadamente, com exceção do segundo período, quando a participação dos suínos foi mais elevada e estes ocuparam a terceira posição, ultrapassando os muares.

Tabela 11 – Composição dos animais (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE ANIMAL	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bovinos	48:797\$000	82,7	71:299\$000	67,2	37:348\$000	63,8	184:585\$000	65,0
Caprinos	–	–	23\$000	0,0	–	–	–	–
Equinos	2:645\$000	4,5	11:361\$000	10,7	8:630\$000	14,7	33:078\$000	11,7
Muares	5:793\$000	9,8	10:930\$000	10,3	2:612\$000	4,5	33:180\$000	11,7
Ovinos	20\$000	0,0	371\$100	0,3	136\$500	0,2	200\$000	0,1
Suínos	1:687\$000	2,9	10:520\$000	9,9	9:818\$500	16,8	18:970\$500	6,7
Conjuntos	–	–	–	–	–	–	7:612\$000	2,7
Não identificados	85\$000	0,1	1:662\$000	1,6	–	–	6:205\$000	2,2
Total	59:027\$000	100,0	106:166\$100	100,0	58:545\$000	100,0	283:830\$500	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Sobre as dívidas passivas, pode-se dizer que nesse último período estudado elas comprometeram, em média, 18% do monte mor inventariado. Essa porcentagem média variou conforme as diferentes faixas de riqueza consideradas. No primeiro período, 1849-1869, elas comprometiam menos de 10% do monte mor. Na década de 1870, essa porcentagem passa para 12,4%. No período 1880-1888, observamos outra elevação, ficando o comprometimento em 24,4%. No período 1889-1900, essa porcentagem caiu para 18%.

O comportamento dessa variável se mostra muito irregular dentre nossa amostra. Por via de regra eram os mais pobres que deviam mais, mas na década de 1880 existem casos de inventariados com monte mor acima das 3 mil libras, que deviam mais de 40% de sua riqueza. Em alguns casos, os inventariados possuíam dívidas muitas vezes maiores do que seus

bens, como no inventário de Joaquim Martins Borrvalho. O lavrador falecido em 1870 possuía alguns bens móveis, uma parte de um escravo, duas partes de terra na Fazenda Ribeirão Preto e duas pequenas dívidas ativas. O monte mor alcançou o valor de 1:487\$810 contos de réis. Contudo, suas dívidas passivas somaram 2:565\$600 contos de réis. O monte foi rateado entre os credores, nada restando aos seus herdeiros. Mais comprometidos estavam os bens do comerciante de roupas Joaquim Garcia dos Reis. Seu inventariante declarou que o inventariado deixou apenas o estoque de seu comércio e as dívidas passivas. O monte mor foi avaliado em 283\$230 réis e as dívidas que possuía, em 1:829\$515 contos de réis, sendo a maior parte proveniente de um empréstimo obtido com o morador Francisco José Antunes Pereira, firmado em 1875 e com prazo de seis meses.

Casos como o de Joaquim Borrvalho e Joaquim Reis se multiplicaram nos períodos seguintes. Mesmo apresentando porcentagem de comprometimento menor, o último período apresenta as maiores dívidas com paradas aos seus respectivos montes da segunda metade do século. Por exemplo, a porcentagem média da dos inventários com montes entre as 500 libras e as 999 libras ficou em 66%. Um inventário que contribuiu muito para esse valor foi o de Francisco Dias do Prado. Quando faleceu, Francisco era casado com Anna Schmidt do Prado, filha de Francisco Schmidt. O casal possuía poucos bens, alguns burros de carga, animais de sela, 12 bois de carro, 2 vacas e 100 porcos. Em seus bens havia terras, 104 mil pés de café, 30 alqueires com cana, 1 engenho e 1 secador de café, entre outros.

Contudo, suas dívidas chegaram a mais de 200 contos de réis. Eram empréstimos e dívidas com colonos e empreiteiros. A maior delas era com o próprio sogro, no valor de 100 contos de réis. A dívida com os colonos e empreiteiros também era alta, 84:218\$955 contos de réis. Essas duas somadas representavam 85,2% do passivo.

Considerações finais

As análises mostraram como a composição do patrimônio e as decisões de alocação de recursos na sociedade considerada foram se modificando com o passar dos anos. Em meados do século XIX, a principal atividade

econômica dos inventariados era a criação de animais e o cultivo de gêneros alimentícios. Com a chegada do café, uma parcela dos habitantes locais foi deixando aos poucos as atividades tradicionais, passando a se dedicar ao cultivo da rubiácea.

Começa a ocorrer, então, uma valorização generalizada nas terras da região, principalmente quando cafeicultores de outras regiões começam a abrir novas fazendas em Ribeirão Preto. A valorização das terras e de todos os bens utilizados na produção cafeeira promove a elevação dos níveis de riqueza, fazendo com que aumente substancialmente a porcentagem de inventariados nas mais elevadas faixas de tamanho de monte mor. A sociedade ribeirão-pretana, no final do período, tem padrões de alocação e de acumulação bem distintos daqueles das primeiras décadas consideradas.

Abreviaturas

- AESP – Arquivo do Estado de São Paulo.
APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.
AFRP – Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto.
FSS – Fórum de São Simão.

Fontes primárias

- ALMANACH do Estado de São Paulo*. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.
ALMANAK da Província de São Paulo. São Paulo: Luné e Fonseca, 1873.
ARQUIVO do Estado de São Paulo. Listas de qualificação de votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5.933.
ARQUIVO do Estado de São Paulo. Listas de qualificação de votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5.887.
ARQUIVO do Fórum de Ribeirão Preto. Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto, de 1856 a 1900.
ARQUIVO Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo Câmara, Administração e Patrimônio: Termo de doação de terras, 1885.
FÓRUM de São Simão. Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão, de 1849 a 1900.
IMPRESSÕES do Brazil no seculo vinte: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos. Reginald Lloyd, Walter Feldwick, L. T. Delaney, Joaquim Eulalio, Arnold Wright Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Limited, 1913.

Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte do Bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006 (Coleção Paulística, v. XIII).
- AMARAL LAPA, J. R. do. Caio Prado Júnior: formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 257-272.
- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). *Na estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- CAMARGO, J. *Aspectos históricos da Câmara Municipal*. Ribeirão Preto, Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1974.
- CANABRAVA, Alice P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005.
- COSTA, J. E. da. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.
- DELFINO NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Séries Estatísticas Retrospectivas, v. 3).
- LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto: V&A, 1996.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005 (Tese de Doutorado).
- LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. *História e Economia. Revista Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, p. 133-156, 2008.
- LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011 (Coleção Nossa História, n. 1).
- LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARTINS, Roberto V. *Fazendas de São Simão*. Meados do século XIX. Pontal, 1998, mimeo.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café*. São Paulo: s.ed., 1938.
- MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. *Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração, 1890-1924*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980 (Dissertação de Mestrado).
- MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*. São Paulo, n. 1, p. 117-138, jan.-jun. 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- NOZOE, Nelson H.; VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José E; COSTA, Iraci del N. da; ARAÚJO, Maria Lucília V.; LUNA, Francisco V. Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica*, ano XI, n. 32, maio 2004. Disponível em <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/nec/bhd32.pdf>.
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Economia e história*. Franca – Século XIX. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas S/A, 1997 (História Local, 7).
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Ao lado do café*. Produção de exportação e de abastecimento em Franca, 1890-1920. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003 (Tese de Doutorado).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOARES, Leonel de O. *No caminho dos Goiases: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX*. São Paulo: Departamento de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003, mimeo. (Dissertação de Mestrado).
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: [s.ed.], 1951.